

RECEP GM/MJ
02/08/96.2
81
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Jurisdicção in rem
ERIO LONGMAN
Esônias
ERGIO LONGMAN
da substituição
FATIMA VIEIRA
do substituído

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ener...
Estado Pernambuco
PESSOAS NATURAIS
REGISTRO
Uma Zona Judiciária, em virt...
FLS.

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre
Mortos e Desaparecidos Políticos

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

Edmur é um dos 136 nomes que compõem a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. No entanto, como seus familiares nunca foram localizados, a CEMDP não podia formalizar um processo sobre ele para efeitos de indenização.



FREI TITO DE ALENCAR LIMA (1945 – 1974)

Número do processo: 126/04

Filiação: Laura Alencar Lima e Ildefonso Rodrigues Lima

Data e local de nascimento: 14/09/1945, Fortaleza (CE)

Organização política ou atividade: ALN

Data e local da morte: 07/08/1974, França

Relator: Maria Eliane Menezes de Farias

Deferido em: 10/08/2004 por unanimidade

Data da publicação no DOU: 17/08/2004

Tito de Alencar Lima estudou em Fortaleza, sua terra natal, com os padres jesuítas e, mais tarde, foi aluno de Filosofia da USP, em São Paulo. Atuou como dirigente regional e nacional da Juventude Estudantil Católica (JEC), tendo sido seu coordenador para o Nordeste. Em 1965, ingressou na Ordem dos Dominicanos, sendo ordenado sacerdote em 1967.

Foi preso em 1968, sob a acusação de ter alugado o sítio onde se realizou o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), e novamente em 04/11/1969, em companhia de outros frades dominicanos acusados de manterem ligações com a ALN e seu líder Carlos Marighella. Frei Tito foi torturado durante 40 dias pela equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury e, em seguida, transferido para o Presídio Tiradentes, onde permaneceu até 17 de dezembro. Nesse dia, foi levado para a sede da OBAN, onde o conhecido torturador capitão Maurício Lopes Lima lhe disse: *“Agora você vai conhecer a sucursal do inferno”*.

Durante dois dias, Tito passou pelo “pau-de-arara”, recebeu choques elétricos na cabeça, nos órgãos genitais, nos pés, mãos e ouvidos. Levou socos, pauladas, “telefones”, palmatórias; enfrentou um “corredor polonês”, foi preso à “cadeira do dragão” e queimado com cigarros.

Depois de uma noite inteira no pau-de-arara, tentou o suicídio com uma gilete, sendo conduzido às pressas para o Hospital Central do Exército, no Cambuci, onde ficou cerca de uma semana sob tratamento médico. No entanto, em nenhum momento os agentes pararam de torturá-lo psicologicamente.

Banido do país em 13/01/1971, em troca do embaixador suíço no Brasil, viajou para o Chile, seguindo depois para a Itália e França. Após algum tempo, instalou-se na comunidade dominicana de Arbresle, onde lutou desesperadamente contra os crescentes tormentos de sua mente, abalada pela tortura. Já no exílio, recebeu condenação da 2ª Auditoria de São Paulo a um ano e meio de reclusão, em 23/02/1973.

Sobre as torturas sofridas pelo dominicano constou dos autos do processo formado na CEMDP um documento redigido pelo próprio Frei Tito: *“Na quinta-feira, três policiais acordaram-me à mesma hora do dia anterior. De estômago vazio, fui para a sala de interrogatórios. Um capitão cercado por sua equipe voltou às mesmas perguntas. – Vai ter que falar senão só sai morto daqui – gritou. Logo depois vi que isto não era apenas uma ameaça, era quase uma certeza. Sentaram-me na Cadeira do Dragão (com chapas metálicas e fios), descarregaram choques nas mãos e um na orelha esquerda. A cada descarga, eu estremeia todo, como se o organismo fosse se decompor. Da sessão de choques, passaram-me ao pau de arara. Uma hora depois, com o corpo todo ferido e sangrando, desmaiei. Fui desamarrado e reanimado. Era impossível saber qual parte do corpo doía mais: tudo parecia massacrado. Mesmo que quisesse, não poderia responder às perguntas: o raciocínio não se ordenava mais, restava apenas o desejo de perder novamente os sentidos. Isso durou até as dez horas, quando chegou o capitão Albernaz. Nosso assunto agora é especial, disse o capitão Albernaz, e ligou os fios em meus membros. Quando venho para a OB – disse – deixo o coração em casa. Tenho verdadeiro pavor a padre e para matar terrorista nada me impede. A certa altura, o capitão Albernaz mandou que eu abrisse a boca para receber ‘a hóstia sagrada’. Introduziu um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. (...)”*.

Até junho de 1973, Frei Tito viveu no convento S. Jacques, em Paris, onde retomou seus estudos na Universidade de Sorbonne. A tortura deixara nele seqüelas profundas e rompeu definitivamente seu equilíbrio psíquico. Apesar dos cuidadosos tratamentos a que se submeteu na França, sua unidade interior havia se partido. Foi mandado para o convento dominicano de Sainte Marie de la Tourette, em Eveux, província de Lyon, onde poderia encontrar um clima mais calmo para estudar Teologia. Nada adiantou, pois os torturadores haviam tomado conta de seu próprio psiquismo.

No dia 07/08/1974, com 31 anos, Frei Tito enforcou-se em uma árvore de um bosque ao redor do convento, conforme bem retratado no filme *Batismo de Sangue*, do diretor Helvécio Raton, exibido em todo o Brasil em 2006 e 2007. A morte foi seu último ato de coragem e protesto. Foi enterrado no cemitério de Sainte Marie de la Tourette.

Em 25/03/1983, seus restos mortais foram trasladados para o Brasil e acolhidos solenemente na igreja dos Dominicanos, em Perdizes, na capital paulista, onde, ao lado dos restos mortais de Alexandre Vannucchi Leme, morto em 17/03/1973 e enterrado como indigente no cemitério de Perus, recebeu homenagens e manifestações de saudade. Dom Paulo Evaristo Arns, símbolo da defesa dos Direitos Humanos no Brasil, coordenou a celebração litúrgica, sendo que em seguida os ossos de Frei Tito foram trasladados a Fortaleza.

Na reunião de apreciação do caso, que marcou os 30 anos de sua morte, a relatora Maria Eliane Menezes de Farias chamou a atenção para as inúmeras brutalidades sofridas por Tito de Alencar Lima, que teriam culminado com seu suicídio, demonstrando o nexo de causalidade entre o suicídio e as torturas e perseguições por motivação política, na forma do disposto no art. 4º, I, "d", da Lei nº 9.140/95.

Ao elaborar seu voto Maria Eliane Menezes de Farias afirmou que *"a vasta documentação acostada aos autos confirma os fatos quanto à militância política de Tito de Alencar Lima, seu sofrimento e morte, por suicídio, em consequência das seqüelas resultantes de atos de tortura praticados por agentes do poder público. Provada a relação de causa e efeito entre a prisão, tortura e posterior desequilíbrio psíquico que levou Frei Tito ao suicídio reconheço-o como vítima da ditadura militar"*.



JANE VANINI (1945-1974)

Número do processo: 287/96

Data e local de nascimento: 08/09/1945, em Cáceres (MT)

Filiação: Antonia Maciel Vanini e José Vanini Filho

Organização Política: MIR (Chile)

Desaparecida em: 06/12/1974, em Concepción, Chile

Relator: João Grandino Rodas

Indeferido em: 20/06/1996

Data da publicação no DOU: 25/06/1996

Nascida em Cáceres, no Mato Grosso, Jane Vanini foi morta em 06/12/1974, na cidade chilena de Concepción, pelas forças repressivas da ditadura do general Augusto Pinochet. Seu nome somente passou a constar da lista de desaparecidos brasileiros no Chile em 1980, pois seus companheiros no Brasil acreditavam que ela tinha conseguido sobreviver. Sua família foi informada de sua morte no Chile, mas aos pais, idosos, as irmãs preferiram contar que Jane morrera do coração.

Com o retorno ao Brasil de seu companheiro e ex-marido Sérgio Capozzi, a história da morte de Jane foi relatada à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. No Chile redemocratizado, ela passou a ser homenageada como heroína da luta contra o fascismo, tornando-se, só então, conhecida por sua verdadeira identidade.

Jane estudou no Colégio Imaculada Conceição, em sua terra natal, até se mudar para a capital paulista em 1966, onde cursou Ciências Sociais na USP. Além de estudar, também trabalhou no Mappin e na Editora Abril, onde conheceu Sérgio Capozzi. Em agosto de 1969, o casal passou a integrar a ALN, fazendo de sua residência um abrigo seguro de Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, principal dirigente da ALN após a morte de Marighella. Os vizinhos e amigos passaram a conhecê-lo como Tio Nico, pensando que fosse algum parente.